



Porto Alegre, 6 de agosto de 2026

Análise dos resultados do Ideb 2025 – Rede Estadual do Rio Grande do Sul

Em 5 de agosto de 2026, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgaram os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) referentes ao ano de 2025.

Embora seja um importante instrumento de monitoramento, o Ideb não mede, isoladamente, a qualidade da educação. O indicador não contempla aspectos como condições de trabalho dos profissionais da educação, valorização das carreiras, infraestrutura escolar, inclusão, formação integral dos estudantes, desigualdades entre escolas, oferta da educação infantil ou permanência dos alunos. Por essa razão, seus resultados devem ser interpretados em conjunto com outros indicadores educacionais.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) decorre da combinação de dois componentes: o desempenho dos estudantes nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), em Língua Portuguesa e Matemática, e o fluxo escolar, representado pelas taxas de aprovação.

A seguir apresenta-se análise da evolução da **rede estadual do Rio Grande do Sul** entre os ciclos de 2023 e 2025.

1. Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano)

Nos anos iniciais, a rede estadual apresentou crescimento simultâneo dos dois componentes que formam o Ideb.

Evolução dos indicadores

INDICADOR	2023	2025
IDEB	5,8	6,4
NOTA PADRONIZADA (SAEB)	6,07	6,49
FLUXO (APROVAÇÃO)	0,95	0,98

Fonte: MEC/Inep.

Elaboração: DIEESE

O aumento do índice decorre tanto da melhoria do desempenho dos estudantes nas avaliações quanto do crescimento das taxas de aprovação.

Na comparação interna (do estado), a rede estadual (6,4) apresentou resultado superior à média da rede pública do estado (5,8) e ao conjunto de todas as redes – que inclui privada (6,0).

No contexto regional, o Rio Grande do Sul superou Santa Catarina (6,3), permanecendo atrás do Paraná (7,3). Entre as redes estaduais brasileiras, ocupa a **10ª posição**, distante do Ceará (7,7) que ocupa a primeira posição.



2. Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano)

Os anos finais registraram crescimento do Ideb, acompanhado por melhora tanto na aprendizagem quanto no fluxo escolar.

Evolução dos indicadores

INDICADOR	2023	2025
IDEB	4,7	5,4
NOTA PADRONIZADA (SAEB)	5,22	5,65
FLUXO (APROVAÇÃO)	0,90	0,96

Fonte: MEC/Inep.

Elaboração: DIEESE

O crescimento da taxa de aprovação foi relativamente mais intenso que o observado na nota do Saeb, indicando maior contribuição do fluxo para a evolução do índice.

A rede estadual alcançou a mesma média observada para o conjunto das redes (5,4) e permaneceu acima da média da rede pública (5,2).

Regionalmente, manteve a segunda colocação, atrás do Paraná (5,8) e à frente de Santa Catarina (5,0). Nacionalmente, a rede estadual gaúcha ocupa a **5ª posição**.

3. Ensino Médio

O ensino médio apresentou a maior variação absoluta do Ideb entre todas as etapas.

Evolução dos indicadores

INDICADOR	2023	2025
IDEB	3,9	4,7
NOTA PADRONIZADA (SAEB)	4,74	5,03
FLUXO (APROVAÇÃO)	0,82	0,93

Fonte: MEC/Inep.

Elaboração: DIEESE

Os dados indicam melhora dos dois componentes do Ideb. Entretanto, observa-se que o crescimento do fluxo escolar foi proporcionalmente superior ao aumento da nota padronizada do Saeb. Assim, parte relevante da elevação do índice decorre da redução da reprovação e/ou do aumento da aprovação dos estudantes.



Na comparação interna, a rede estadual (4,7) permanece abaixo da média de todas as redes (4,9), resultado influenciado pelo desempenho da rede privada (6,1).

Na Região Sul, o Rio Grande do Sul ocupa a segunda colocação, atrás do Paraná (5,1) e à frente de Santa Catarina (4,3). Entre as redes estaduais do país, situa-se na **5ª posição**, atrás do Paraná (5,1), Piauí (4,9), Espírito Santo (4,9) e Goiás (4,9).

Síntese dos resultados

ETAPA	RS 2023	RS 2025	VARIAÇÃO
ANOS INICIAIS	5,8	6,4	+0,6
ANOS FINAIS	4,7	5,4	+0,7
ENSINO MÉDIO	3,9	4,7	+0,8

Fonte: MEC/Inep.
Elaboração: DIEESE

Considerações

Os resultados demonstram melhora no desempenho da rede estadual segundo a metodologia do Ideb e representam um avanço em relação ao ciclo anterior. Entretanto, sua interpretação requer cautela. O Ideb é um indicador sintético apurado a cada dois anos, que combina o desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, aferido pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), e o fluxo escolar, representado pelas taxas de aprovação. Embora relevantes, esses indicadores não contemplam a aprendizagem em outras áreas do conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular, nem abrangem dimensões essenciais da qualidade da educação, como as condições de trabalho dos profissionais da educação, a valorização das carreiras, a infraestrutura das escolas, a disponibilidade de recursos pedagógicos, a formação continuada, a inclusão, a redução das desigualdades educacionais, o atendimento às diferentes realidades escolares e as condições de permanência dos estudantes.

Além disso, embora tenha havido evolução dos indicadores, o Rio Grande do Sul permaneceu abaixo das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), cujo horizonte de cumprimento encerrou-se em 2021. Como essas metas não foram atualizadas após o término de sua vigência, os resultados de 2025 deixam de contar com parâmetros oficiais de comparação. A expectativa é que, com a implementação do novo Plano Nacional de Educação, o Ministério da Educação estabeleça novas metas nacionais, incorporando não apenas indicadores de aprendizagem, mas também critérios relacionados à equidade, redução das desigualdades, garantia do direito à educação e valorização dos profissionais.

Os resultados também devem ser interpretados considerando o contexto vivido pela rede estadual no mesmo período. Persistem desafios amplamente documentados, entre eles a



elevada participação de professores temporários, dificuldades relacionadas à valorização das carreiras e à remuneração dos profissionais da educação — inferior à observada para trabalhadores com escolaridade equivalente, conforme evidenciado pelo Indicador 17A do Plano Nacional de Educação —, a insuficiência de profissionais nas escolas, a crescente sobrecarga de trabalho, o excesso de demandas administrativas e burocráticas, a ampliação da terceirização de atividades escolares, a elevada rotatividade desses profissionais, as limitações de infraestrutura e manutenção das escolas e os debates sobre financiamento da educação pública e implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a gestão da infraestrutura escolar. Também merece destaque o fato de o Estado do Rio Grande do Sul não cumprir o percentual mínimo de investimento em manutenção e desenvolvimento do ensino previsto na Constituição.

Nesse contexto, **a melhoria do Ideb** deve ser reconhecida como resultado do trabalho desenvolvido nas escolas públicas, mas também **suscita uma reflexão sobre as condições em que esse avanço foi produzido**. Diante do aumento da sobrecarga de trabalho, da intensificação das atividades burocráticas, da insuficiência de pessoal e do número de afastamentos por adoecimento entre os profissionais, é pertinente questionar **qual foi o custo humano desse desempenho**. A busca por melhores indicadores não pode ocorrer às custas da saúde física e mental dos trabalhadores que sustentam cotidianamente o funcionamento da escola pública.

Assim, a evolução do Ideb deve ser compreendida como um instrumento de monitoramento das políticas educacionais, mas não como medida suficiente para avaliar, isoladamente, a qualidade da educação pública ou o sucesso de determinada política governamental. A interpretação dos resultados exige uma análise mais ampla, que considere simultaneamente os indicadores de aprendizagem, as condições de oferta da educação, o financiamento adequado, a valorização dos profissionais e a garantia do direito à educação em sua dimensão mais abrangente.

A recente divulgação dos resultados do Ideb inaugura uma etapa decisiva no âmbito do Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha, regulamentado pela Lei nº 11.126/2025, uma vez que o pagamento das bonificações foi vinculado ao cumprimento de metas individualizadas de desempenho das escolas. Diante da utilização de recursos públicos para financiar essa política, torna-se indispensável que o Governo do Estado apresente um balanço público detalhado de sua execução.

É fundamental que sejam divulgados, de forma transparente, os critérios efetivamente utilizados para definição das metas e dos beneficiários, os valores a serem pagos, a distribuição dos recursos, o número de profissionais contemplados. Informações essenciais para que trabalhadores da educação, comunidade escolar e sociedade possam exercer o controle social.